

A mobilização das categorias “natureza” e “feminino” para a construção da nação na Era Vargas

Natascha Stefania Carvalho Ostos

Resumo: Este artigo pretende investigar as práticas e representações construídas acerca do feminino e da natureza no Brasil, entre os anos de 1930 e 1945. Partindo do pressuposto de que as pessoas interagem com o meio natural através de imagens e saberes culturalmente criados, projetando sobre a natureza valores e significados próprios de uma dada sociedade, analisaremos as representações construídas em torno das categorias históricas de mulher e de natureza, em sua relação com a idéia de nação. Priorizaremos, em nosso estudo, a compreensão, de um lado, dos sentidos culturais e políticos subjacentes à associação discursiva entre as mulheres e a natureza e, de outro lado, procuraremos mapear as relações de poder que animaram esse jogo de relações.

Palavras-chave: mulheres, natureza, representações culturais.

La mobilisation des catégories «nature» et «féminin» pour la construction de la nation dans l'ère Vargas

Résumé: Cet article vise à enquêter les pratiques et les représentations construites concernant le féminin et la nature au Brésil, entre les années 1930 et 1945. En partant du présupposition que les personnes interagissent avec le moyen naturel à travers des images et des savoirs culturels, en projetant sur la nature de valeurs et de significations propres d'une société, nous analyserons les représentations construites autour des catégories historiques de femme et de nature. Nous donnerons la priorité à la compréhension, d'un côté, des sens culturels et politiques sous-jacents à l'association entre les femmes et la nature et, d'autre côté, nous chercherons tracer les relations de pouvoir qui ont animé ce jeu de relations.

Mots clés: femmes, nature, représentations culturelles.

INTRODUÇÃO

As relações construídas, ao longo do tempo, entre as sociedades humanas e o mundo natural têm sido privilegiadas pelo surgimento de vários estudos produzidos no campo da História Ambiental. Essa vertente de pesquisa investiga as percepções que orientam as interações entre os seres humanos e a natureza, questionando o pretenso dualismo existente entre a sociedade e o meio natural. Os pesquisadores abandonaram uma noção monolítica de

natureza, privilegiando o estudo das diversas idéias que os agentes históricos construíram sobre o mundo natural, idéias essas forjadas em temporalidades e culturas específicas. As pesquisas atuais tendem a afirmar que não existe apenas uma noção de natureza e sim várias, produzidas no próprio devir histórico, pelas diferentes comunidades (CRONON, 1996). Partindo do pressuposto de que as pessoas interagem com o meio natural através de imagens e saberes culturalmente criados, projetando sobre a natureza valores e significados próprios de uma dada sociedade, este artigo pretende analisar as representações construídas acerca do feminino e da natureza no Brasil, entre os anos de 1930 e 1945, em sua relação com a idéia de nação. Priorizaremos, em nosso estudo, a compreensão, de um lado, dos sentidos culturais e políticos subjacentes à associação discursiva entre as mulheres, a natureza e nação e, de outro lado, procuraremos mapear as relações de poder que animaram esse jogo de relações.

A tradição ocidental vem sedimentando, há séculos, a divisão entre a sociedade e o meio natural. O fato de a cultura ocidental alicerçar-se, em grande parte, sobre religiões monoteístas favorece uma visão monolítica da natureza, entendida como criação una de Deus. As narrativas do Antigo e do Novo Testamento reforçam a dicotomia entre a cultura, lugar do civilizado, e a natureza, domínio do selvagem. De acordo com a Bíblia, o homem é o único ser feito à imagem e

semelhança do Criador, o que lhe confere uma posição hierárquica superior em relação aos demais viventes. O texto do Gênesis anuncia, ainda, que o Jardim do Éden (e todas as criaturas que o habitam) foi concebido para a fruição do homem, a quem foi delegado o domínio sobre as outras formas de vida (BIBLIA, 1971).

Por outro lado, o pensamento científico ocidental também contribuiu para consolidar a oposição entre o homem e a natureza. A partir do século XVII, com a prevalência de uma visão mecanicista do universo, reforçou-se tal dicotomia; classificar, catalogar, realizar levantamentos, tudo isso atendia ao desejo de subjugar o diferente e assimilá-lo ao corpo da cultura européia ¹¹³. Assim, a combinação das matrizes religiosa e científica quase sempre trabalhou no sentido de distanciar as esferas social e natural, como se elas fossem submetidas a lógicas completamente diferentes. Tal visão de mundo favoreceu o surgimento de comportamentos destrutivos para com a natureza, já que esta era tida como uma realidade exterior ao homem, um objeto que poderia ser

¹¹³ Segundo K. Thomas, para os europeus de então, “o homem era capaz de escolher, enquanto os animais eram presa de seu próprio instinto, guiados apenas pelo apetite e incapazes de livre arbítrio. [...] Para Descartes, o corpo humano também é um autômato [...] Mas a diferença está em que no seio da máquina humana há a mente e, portanto, uma alma separada, enquanto os seres brutos são autômatos desprovidos de almas ou mentes. Só o homem combina, ao mesmo tempo, matéria e intelecto.” In: **O homem e o mundo natural** – Mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais. São Paulo: Companhia das Letras, 1988, p. 39.

livremente manipulado. O espaço considerado positivo era o da cultura, da sociabilidade ordenada. À órbita do civilizado se opunha o meio ambiente, lugar do selvagem, da desordem, do primitivo. A interação entre esses dois domínios era encarada como um embate a ser vencido pelo homem, que então imporia à natureza os valores superiores da cultura. Diante disso, derrubar florestas, exterminar animais ou pô-los a serviço do homem, eram iniciativas tidas como louváveis.

Foi principalmente na segunda metade do século XVIII, com a crescente industrialização e urbanização da Europa, que novas sensibilidades emergiram nesse continente. A escala de destruição ampliou-se de tal forma que os efeitos para a vida humana não tardaram a surgir; desde então muitos passaram a ver a natureza como um refúgio, lugar idealizado, romântico, em contraposição à insalubridade das cidades. Apesar dessa nova maneira de se encarar a natureza, não se pensava, então, em limitar a expansão industrial. Prevalencia a vertente de pensamento iluminista, que acreditava nos poderes ilimitados da racionalidade e que apontava como causas para a degradação ambiental a ignorância das pessoas e o atraso tecnológico das atividades produtivas. A maioria dos governantes e cientistas acreditava que o progresso, o avanço constante da técnica, eliminaria as distorções geradas pelas atividades econômicas (DUARTE, 2005, p. 56).

No caso do Brasil, as concepções européias acerca da natureza se fizeram presentes desde os tempos da colonização. Para os europeus, a natureza brasileira era uma realidade exuberante, fonte de riqueza infinita, onde abundavam plantas, rios e solos, prontos para serem explorados. Ocorria que, ao mesmo tempo em que os cronistas exaltavam uma natureza tida como idílica, instalava-se aqui um sistema de exploração calcado em atividades econômicas predatórias. Segundo José Pádua, essa aparente contradição entre a idealização da natureza e as práticas de destruição implantadas, deitou raízes no pensamento político brasileiro, já que, ainda nos dias de hoje, possuiríamos, sobre a questão da natureza no Brasil,

uma tradição de dois pólos esquizofrenicamente divorciados: uma celebração puramente retórica de um lado, e uma realidade de devastação impiedosa de outro. É verdade que esse divórcio é em grande parte aparente, na medida em que a retórica serve para obscurecer a prática, desviando o olhar de uma realidade que violenta tudo o que é idealizado na teoria. (PADUA, 1987, p.20)

Ao longo da história do Brasil foram construídas diversas concepções acerca da natureza¹¹⁴. Entre os anos de

¹¹⁴ Para uma discussão mais detalhada sobre essas diversas perspectivas ver: PÁDUA, José Augusto (org.). **Ecologia e Política no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Espaço e Tempo, 1987. Destacamos a análise que o autor faz do pensamento de José Bonifácio de Andrada e Silva, apontado como precursor, no Brasil, de uma crítica em torno do uso predatório dos recursos

1930 e 1945 o Brasil assistiu à implantação de um projeto político autoritário e centralizador, iniciado no governo provisório de Vargas e consolidado entre os anos de 1937 e 1945, período em que vigorou no país um regime ditatorial. Ao longo desses anos, o poder instituído procurou construir um projeto nacional unificador, capaz de sobrepor-se às diferenças sociais e políticas, gerando nas camadas populacionais o sentimento de pertencerem a um todo homogêneo, traduzido na idéia de pátria. Na tentativa de amalgamar os vários aspectos da realidade brasileira em torno do ideal de uma nação harmônica e pacífica, os grupos dirigentes adotaram uma visão biológica da sociedade (DUTRA, 1997). O período compreendido entre 1930 e 1945 foi marcado pela força das idéias nacionalistas que buscaram enaltecer tudo quanto pudesse simbolizar a grandeza do Brasil. A exuberante natureza do país foi elevada à condição de bem público, sendo alvo de regulamentações, inclusive com menção explícita no texto constitucional de 1937 ¹¹⁵.

169

naturais. Ressaltamos que nos dias de hoje muitos pesquisadores se dedicam ao estudo da visão de outros povos sobre a natureza, ver: ALBERT, Bruce. O ouro canibal e a queda do céu: uma crítica xamânica da economia política da natureza (Yanomami). In: ALBERT, B.; RAMOS, A. R. (orgs.). **Pacificando o Branco**: cosmologias do contato no Norte-Amazônico. São Paulo: Editora UNESP: Imprensa Oficial do Estado, p. 239-274, 2002; VIVEIROS, De Castro, Eduardo. Os Pronomes Cosmológicos e o Perspectivismo Ameríndio. **Mana**, Rio de Janeiro, v.2, n.2, p. 115-144, 1996; RIVIERE, Peter. A predação, a reciprocidade e o caso das Guianas. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 7, n.1, pp. 31-53, 2001.

¹¹⁵ Art.134 “Os monumentos históricos, artísticos e naturais, assim como as paisagens ou os locais particularmente dotados pela natureza, gozam da proteção e dos cuidados especiais da Nação, dos Estados e dos Municípios. Os atentados contra eles cometidos serão equiparados aos cometidos contra

Além de seu simbolismo cultural, a natureza apresentava-se como fonte de riquezas exploráveis para o desenvolvimento econômico, e os projetos industrializantes emergiram como o comprometimento essencial do Estado (DUARTE; OSTOS, 2005, p. 78). As indústrias de base adquiriram grande importância para a estruturação de uma economia que deveria ser moderna e competitiva. O Estado brasileiro encampou os interesses dos setores produtivos e, dentro de um viés nacionalista e interventor, procurou organizar as atividades ligadas à exploração do subsolo e das florestas, estimulando assim os empreendimentos siderúrgicos e energéticos; as medidas se sucederam rapidamente: em 1939 foi criada a Comissão Executiva do Plano Siderúrgico Nacional, em 1940 criou-se o Conselho Nacional de Minas e Metalurgia e em 1942 foram fundadas a Companhia Siderúrgica Nacional e a Companhia Vale do Rio Doce. Concomitantemente à tentativa de otimizar a exploração dos recursos naturais, o governo Vargas procurou conciliar os interesses dos diversos setores econômicos com o clamor de cientistas e intelectuais, que exigiam a implantação de medidas capazes de impedir a crescente destruição da natureza do país¹¹⁶. Em 1934 são criados o Código Florestal,

o patrimônio nacional". BRASIL, Constituição dos Estados Unidos do Brasil. 1937. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1938, p.36.

¹¹⁶ Sobre esse assunto ver os trabalhos de: DUARTE, Regina Horta. Pássaros e cientistas no Brasil: em busca de proteção, 1894-1938. **Latin American Research Review**, Austin, Texas, EUA, v. 41, n. 1, p. 03-26, 2006; FRANCO, José Luiz de Andrade; DRUMMOND, José Augusto. Alberto José

o de Caça e Pesca e o de Águas; e em 1940 o Código de Minas¹¹⁷. Através desses dispositivos legais o governo tentou demarcar os limites para o uso dos recursos naturais, estabelecendo critérios para o corte de árvores, o replantio de áreas devastadas e a caça de animais silvestres, por exemplo.

O certo é que, com o golpe de 1937, acirraram-se os projetos intervencionistas, não de modo a negar a iniciativa individual, mas sim de forma a ressaltar que as atividades econômicas deveriam pautar-se pelo espírito de cooperação. Em que pese os inúmeros discursos proferidos na época criticando os egoísmos e as desigualdades geradas pelo livre mercado, é preciso assinalar que, nesse período, o Estado, no papel de agente da modernização econômica, beneficiou enormemente os setores empresariais, criando uma infraestrutura produtiva (indústrias de base, fomento do setor energético, transportes) cujos custos ultrapassavam em muito a capacidade de investimento da iniciativa privada. Assim, apesar do viés nacionalista que marcou a Era Vargas, as políticas econômicas iniciadas em 1930 já indicavam a disseminação, entre a elite nacional, de um pensamento desenvolvimentista, que iria se fortalecer nos anos posteriores.

Sampaio – Um botânico brasileiro e o seu programa de proteção à natureza. **Varia Historia**, Belo Horizonte, n. 33, p. 129-159, janeiro de 2005.

¹¹⁷ Respectivamente: Decreto-lei n. 23.793, de 23/01/1934; Decreto-lei n. 23.672, de 02/01/1934; Decreto-lei n. 24.643, de 10/07/1934 e Decreto-lei n. 1.985, de 29/01/1940.

No que diz respeito ao levantamento das riquezas naturais, fazia-se necessário, de acordo com o ideal centralizador da época, formar um mapa econômico que explicitasse a “vocalização” produtiva de cada recanto do Brasil. As peculiaridades das diversas regiões eram valorizadas, não por manifestarem a diferença interna do país, e sim por expressarem a multiplicidade de riquezas e as possibilidades de progresso da nação. As especificidades regionais precisavam diluir-se na idéia central de pátria, referencial que deveria amalgamar os brasileiros em torno de um único projeto nacional, ou seja, aquele levado adiante pelo governo Vargas. Para tanto era necessário conquistar as diferenças e as desigualdades internas, pacificando-as, mesmo que teoricamente, em um discurso de unidade nacional. Assim, o território do país era esquadrinhado na coleta de dados para o aproveitamento das florestas, das águas e dos minerais, de modo a definir quais seriam as formas legítimas de uso e ocupação do espaço. Essas informações seriam sistematizadas de modo a promover o crescimento *ad infinitum* da riqueza nacional e a modernização das atividades produtivas.

A QUESTÃO FEMININA

O fim da escravidão e a proclamação da República no Brasil, no fim do século XIX, inauguraram um momento de

profunda indeterminação quanto aos rumos político-sociais do país. Havia, teoricamente, uma vacância no poder, o que incentivou a disputa entre os mais diversos movimentos políticos pelo controle do Estado e pela definição dos alicerces em que se fundaria a nação (CARVALHO, 1987). A República trazia consigo a noção de uma estrutura política mais aberta e flexível, que daria oportunidade para a manifestação e a participação pública dos mais diferentes agentes sociais. Ao mesmo tempo em que se vivia esta experiência, o fim do regime escravocrata alterava os parâmetros em que se davam as relações laborais, abrindo espaço para o trabalho assalariado. Uma grande massa de imigrantes adentrava o país, enquanto boa parte da população do campo dirigia-se para os centros urbanos à procura de novas oportunidades de vida.

Nascia então, mesmo que de forma incipiente, uma economia de mercado que obedecia a uma lógica própria de funcionamento. Concomitantemente a essa nova situação, investia-se cada vez mais na urbanização das principais cidades do país, que agora concentravam em seu espaço uma série de empreendimentos comerciais, prestação de serviços e locais de sociabilidade. Ao lado dessas atividades, formava-se uma classe média brasileira desejosa de afirmar sua modernidade através do comprometimento com um modelo idealizado de civilização européia e com os valores burgueses que então se consolidavam. O ritmo das

transformações políticas, econômicas e culturais do início do século XX, favoreceu um clima de euforia e de crença no progresso. As mulheres brasileiras, principalmente as que residiam nas cidades, vivenciaram essas mudanças de forma conflitante, pois ao mesmo tempo em que eram chamadas a participar desta sociedade que, em muitos aspectos, se reinventava, elas também eram pressionadas a permanecer no espaço privado, ocupando-se exclusivamente com os cuidados do lar e da família.

Desde o período imperial já se debatiam algumas questões relacionadas à situação da população feminina do país, principalmente através da fala de mulheres que, influenciadas pelos movimentos sufragistas ingleses e norte-americanos, pleiteavam mudanças sociais, dentre elas o direito ao voto¹¹⁸. A luta dessas mulheres ganhou novo fôlego com o nascimento do regime republicano no final do século XIX. A reunião da Assembléia Constituinte, em 1891, abriu o debate a respeito do voto feminino e deu vazão às mais diversas teorias a respeito da incompatibilidade da mulher com o mundo da política. Alguns debutados defendiam

¹¹⁸ Nísia Floresta Brasileira Augusta, nascida no Rio Grande no Norte em 1809, foi uma dessas pioneiras na defesa dos direitos das mulheres; assim como Francisca Senhorinha da Motta Diniz, que fundou na cidade de Princesa da Campanha, Minas Gerais, no ano de 1873, o jornal *O Sexo Feminino*. A partir da segunda metade do século XIX foram fundados, no Rio de Janeiro, jornais como *O Bello Sexo* (1862) e o *Jornal das Senhoras* (1852), que já debatiam temas relacionados à educação das mulheres e ao voto feminino. In: HAHNER, June E. **A Mulher Brasileira e suas lutas sociais e políticas: 1850-1937**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.

abertamente a inferioridade intelectual da mulher; outros argumentavam que ela era um ser instável e fraco, submetido aos ritmos da natureza e que seus nervos não suportariam a excitação própria do ambiente público. Porém, a maioria dos anti-sufragistas entendia que a concessão do direito de voto à mulher iria afastá-la de suas obrigações domésticas, colocando em perigo a instituição familiar e, em consequência disso, a própria estabilidade da sociedade brasileira. Com base nestes e outros argumentos os constituintes de 1891 recusaram à mulher o direito ao voto ¹¹⁹.

Ao longo das primeiras décadas do século XX, todas as controvérsias, propostas, valores e idéias que estavam de alguma forma relacionados com a condição feminina no Brasil, delimitaram o que então se convencionou chamar de a *questão feminina*. O país experimentava a invasão de um estilo de vida moderno, que acelerava o ritmo das mudanças sociais. Diversos avanços técnicos (navio a vapor, locomotiva e mais tarde o automóvel, o rádio e o cinema) já permitiam ao homem experimentar novas formas de vivência do tempo e do espaço. Essas inovações possibilitaram às pessoas de então construir uma espécie de imaginário global, onde indivíduos que residiam em locais diferentes passaram a compartilhar modelos semelhantes de medição temporal e de

¹¹⁹ Para uma discussão mais detalhada em torno do debate sobre o voto feminino na Assembléia Constituinte de 1891 ver: HAHNER, June E. **A Mulher Brasileira e suas lutas sociais e políticas: 1850-1937**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.

representação do espaço. A circulação de idéias e de produtos se dava a uma velocidade nunca antes sonhada, favorecendo a interação entre as pessoas e a permeabilidade a novas idéias e culturas.

Ao mesmo tempo, o avanço da economia de mercado no Brasil desvalorizava a produção doméstica, levando à queda do valor econômico do trabalho feminino realizado em casa. As crescentes necessidades de consumo que foram então criadas levaram a um estrangulamento da classe média urbana, já enfraquecida pelos baixos salários e pela alta taxa de inflação que vigorava nas primeiras décadas do século XX. Paralelamente a esses fenômenos, o país estava se industrializando e certos setores da economia demandavam o emprego preferencial de mão-de-obra feminina. Assim, por todos esses fatores, as mulheres pobres e da classe média baixa se viram na contingência de adentrar o mercado formal de trabalho. Havia, no entanto, uma clara divisão das funções a serem exercidas por homens e mulheres. Estas participavam, em sua grande maioria, daquelas atividades que, de alguma forma, estavam associadas ao trabalho doméstico (indústria têxtil, fabricação de vestuário e calçados, produção de alimentos e bebidas).

Mesmo que restritas a esses empregos havia uma grande resistência ao ingresso das mulheres no mundo do trabalho formal. Temia-se, sobretudo, que o afastamento da mulher do lar a levasse a negligenciar os cuidados com a

casa e a família. Acreditava-se que a função social da mulher era a de assegurar a estabilidade da instituição familiar e que, se ela se distanciasse desse papel, o caos e o "anarquismo" tomariam conta da sociedade brasileira. Naquele período, poucas mulheres trabalhavam em busca de uma realização pessoal; a maioria delas necessitava desesperadamente do emprego para garantir a sua própria sobrevivência e a de sua família. O discurso dos grupos feministas engajados na luta pelos direitos da população feminina estava, geralmente, distante da realidade das mulheres pobres e das proletárias que trabalhavam nas fábricas. Essas militantes eram, em sua maior parte, integrantes da classe média/alta, que vivenciavam uma realidade muito diferente daquela experimentada pelas mulheres economicamente menos favorecidas. A profunda divisão social que caracterizava as relações humanas no Brasil também imperou entre as mulheres, e o movimento feminista não rompeu, totalmente, com os ditames dessa sociedade hierarquizada ¹²⁰. No entanto, a organização das mulheres proletárias se dava em outras instâncias (como sindicatos e associações), estabelecendo suas prioridades e reivindicações de acordo com sua própria realidade social. As principais mobilizações

177

¹²⁰ Há que se ressaltar que a denominação *feminista* englobava diversos significados, e nem todas as mulheres que se diziam feministas, ou eram assim designadas, compartilhavam das mesmas idéias; existiam nuances que as diferenciavam entre si e perante a sociedade. Para uma melhor caracterização do perfil desses movimentos ver: BESSE, Susan K. **Modernizando a desigualdade** – reestruturação da ideologia de gênero no Brasil, 1914-1940. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999.

se davam em torno da melhoria das condições do trabalho feminino: fim dos maus tratos e dos abusos sexuais sofridos no ambiente das fábricas; incremento dos salários; diminuição das horas de serviço; melhoria da higiene nos locais de trabalho.

Embora os movimentos operários apoiassem, de modo geral, as reivindicações feitas pelas mulheres trabalhadoras, estas não participavam em pé de igualdade da gestão e organização das lutas operárias. Nos sindicatos e nas associações elas costumavam ser responsáveis pela manutenção de um ambiente limpo e ordenado, dando suporte aos homens para que eles desempenhassem os papéis de líderes e de articuladores políticos dos movimentos. Muitos operários argumentavam que, se eles tivessem melhores condições de vida, suas mulheres não necessitariam abandonar o lar em busca de trabalho nas fábricas. Para boa parte desses homens a verdadeira “vocação feminina” estaria na maternidade e na dedicação aos serviços domésticos. Joel Wolfe cita o exemplo de operários da indústria têxtil paulista que, no ano de 1931, demandaram do presidente Getúlio Vargas uma solução para o crescente número de mulheres empregadas nas fábricas, afirmando que elas “contribuíam para aumentar o número de homens desempregados, criando [...] um espetáculo ridículo,

vergonhoso e revoltante: a mulher na fábrica e o marido em casa”¹²¹.

Por outro lado, a campanha empreendida por muitas mulheres a favor do voto feminino ganhou destaque na imprensa nacional e intensificou o debate em torno dos direitos, e dos deveres, que caberiam à população feminina¹²². Com a promulgação do novo Código Eleitoral, em 1932, as mulheres conquistaram o direito de voto, mas a aquisição dessa prerrogativa não significou a aceitação, por parte dos segmentos conservadores da sociedade brasileira (principalmente aqueles relacionados à Igreja Católica) da participação feminina nas diversas esferas da vida social do país. A incapacidade das mulheres para exercerem funções fora do lar era constantemente ressaltada na imprensa, através de editoriais escritos, em sua maioria, por homens temerosos dos efeitos morais resultantes da crescente

¹²¹ Memorial da União dos Operários em Fábricas de Tecidos de São Paulo para Getúlio Vargas, em 3 de agosto de 1931. In: WOLFE, Joel. “Pai dos pobres” ou “Mãe dos ricos”? Getúlio Vargas, industriários e construções de classe, sexo e populismo em São Paulo, 1930-1954. **Revista Brasileira de História**, São Paulo. ANPUH/Marco Zero, vol. 14, n. 27, p.35/36, 1994. Ao longo das primeiras décadas do século XX, o movimento operário apresentou diversas facetas; os grupos existentes, na medida das suas convicções, assumiam posições heterogêneas, por vezes mutáveis, sobre diversos assuntos. Com relação à situação social das mulheres, os anarquistas se destacavam pela sua posição libertária, defendendo a igualdade entre homens e mulheres, sendo favoráveis, até mesmo, ao divórcio e às uniões livres.

¹²² A Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF), fundada em 1922, conseguiu maior destaque na imprensa da época, congregando mulheres das classes média e alta em torno da luta pelo acesso feminino à educação e à saúde, pelo direito de voto, dentre outras reivindicações. As integrantes da FBPF repudiavam, de modo geral, as plataformas que incluíssem temas como o divórcio e a liberdade sexual.

participação feminina no mundo público. Muitos discursos adotavam um tom alarmista, destacando que, com o abandono do lar, as mulheres colocavam em perigo a estabilidade interna do país, quiçá do mundo, como mostra o comentário, sugestivamente intitulado *A Origem dos Males Presentes*: “A anarquia mental, a anarquia mundial (não é demais que se repita sempre), procedem justamente da anarquia do lar. Perdeu a mulher o governo da família e não conseguiu nem conseguirá jamais o governo das sociedades políticas”¹²³.

Na esteira das críticas tecidas contra as mulheres que não correspondiam às idealizações femininas de fragilidade, dependência, subserviência e devoção, encontramos o seu duplo na figura, também idealizada, da mãe de família, enaltecida como alicerce da sociedade brasileira. A maternidade, ou a condição de pobreza, eram as únicas realidades que eximiam de culpa as mulheres que porventura fossem obrigadas a trabalhar fora de casa em razão de sua precária situação econômica, pois, nesses casos, a mulher estava correspondendo ao ideal de sacrifício tido como inerente ao ser feminino, dedicando-se, assim, ao papel de cuidadora da família. Ao longo das décadas de 1930 e 1940 o governo Vargas decretou uma série de medidas que visavam

¹²³ PRAZERES, Oto. *A Origem dos Males Presentes*. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, ano XLVIII, n.118, 22 de maio de 1938, p. 5.

proteger as mulheres operárias ¹²⁴, já que, para os mais resignados, o trabalho feminino precisava ser encarado como uma

realidade, que o Estado tem a obrigação de amparar, uma vez que é impossível impedir que a mulher trabalhe na indústria e em outras esferas de atividades manuais. Seria agradável se se pudesse riscar do vocabulário humano a palavra *operária*, como desejava Michelet. [...] Mas como é impossível, resta aos governos, aos legisladores [...] procurar remédios para minorar o sofrimento e a miséria das que obtêm, no trabalho, o seu pão de cada dia ¹²⁵.

181

Tratava-se, portanto, de um período de intensas transformações no cotidiano da população urbana brasileira ¹²⁶. Ao mesmo tempo em que o avanço da cultura de massa

¹²⁴ Ver o Decreto n. 21.417, de 17 de Maio de 1932, que regulava as condições do trabalho das mulheres nos estabelecimentos industriais e comerciais. Do referido Decreto também consta um anexo onde se listam os serviços perigosos e insalubres, proibidos para as mulheres. No entanto, é interessante destacar que, ao lado das medidas de proteção ao trabalho feminino adotadas pelo governo Vargas, o presidente da República autorizou, através do Decreto lei n. 2.548, de 31 de Agosto de 1940, a redução, em 10%, do valor do salário mínimo pago às mulheres trabalhadoras. Disponível em: < www.senado.gov.br > Acesso em: 10 de janeiro de 2007.

¹²⁵ CALLAGE, Fernando. O trabalho da mulher em face da legislação social brasileira. **Cultura Política**, Rio de Janeiro, ano II, n. 19, setembro de 1942, p. 36/37.

¹²⁶ Mesmo sendo verdade que as mudanças tecnológicas, os avanços científicos e a introdução de novos hábitos de consumo integram a realidade dos segmentos sociais mais privilegiados (ao menos em um primeiro momento), isso não significa que tais alterações deixam de ser percebidas pelos demais grupos sociais, influenciando, também, no ritmo de suas vidas. Certamente, a disseminação no Brasil do automóvel e do rádio, por exemplo,

(cinema, jornais e revistas de grande circulação, publicidade em larga escala) propunha novos hábitos e outras formas de comportamento para as mulheres, ela também se encarregava de estabelecer limites para o que seria o campo de ação da “mulher moderna”. Na maioria das vezes a modernidade era identificada com o consumo de certos produtos e o cultivo de uma dada aparência física. Nas propagandas voltadas para o público feminino, a mulher “emancipada” era aquela que seguia a moda dos cabelos curtos, que diminuía o comprimento das saias e que consumia com entusiasmo os novos aparelhos domésticos. No entanto, a adoção desse estilo de vida não implicava na adesão a um novo modelo de organização social, com mudanças substanciais na distribuição dos tradicionais papéis femininos e masculinos vivenciados no mundo público e na esfera privada.

MULHERES E NATUREZA

Ao longo da década de 1970 começaram a surgir, na bibliografia internacional, estudos que se dedicaram à pesquisa dos vínculos entre o feminino e a natureza. Sherry Ortner publicou, em 1974, um artigo precursor sobre o

impactou o cotidiano de toda sorte de pessoas, introduzindo mudanças em suas percepções espaciais e temporais, apesar da grande maioria da população não possuir tais bens.

assunto¹²⁷. Nesse trabalho a autora afirma que a aproximação mulheres/natureza estaria conectada a aspectos da biologia, pois as funções físicas femininas facilitariam a sua co-relação com a natureza. Assim, as mulheres acabaram por ser consideradas pela cultura dominante como seres subordinados ao signo do biológico, aos ritmos dos seus corpos, que as impediriam de libertar-se do jugo da matéria. Já os homens construíram para si outros modelos de referência, pautados na idéia de que somente eles teriam a plena capacidade de transcender o mundo físico/natural, sendo aptos a transformar a realidade e a produzir cultura através da ação criadora nos campos da arte, política, literatura, filosofia. Apesar de a autora destacar que o vínculo feminino/natureza passa pelo plano cultural, sua argumentação apresenta um ponto de vista bastante generalista, pois coloca as categorias natureza/cultura como universalmente opostas; do mesmo modo ela desconsidera as especificidades históricas que levam as sociedades a atribuírem sentidos múltiplos às instâncias do feminino, do masculino e da natureza¹²⁸.

183

¹²⁷ Está a mulher para o homem assim como a natureza para a cultura?. In: LAMPHERE, L.; & ROSALDO, M. Z. (orgs.). **A Mulher, a cultura, a sociedade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, pp. 95-120, 1979.

¹²⁸ Henri Acselrad destaca que “o mundo material é objeto de inúmeras atividades de atribuição de significados. Pois os fatos culturais [...] mostram-se [...] como parte integrante do processo de construção do mundo, dando-lhe sentidos e ordenamentos, comandando atos e práticas diversas a partir de categorias mentais, esquemas de percepção e representações coletivas diferenciadas.” In: As praticas espaciais e o campo dos conflitos ambientais.

MacCormack e Strathern (1980) aprofundaram o debate através da organização de um livro onde diversas autoras discutem os vínculos sociais construídos entre as mulheres e a natureza. A maioria dos artigos critica as visões acadêmicas apriorísticas, que consideram a conexão entre as categorias mulher/natureza como algo instituído pela “realidade” biológica, estabelecendo critérios a-históricos na análise dessas co-relações. As autoras ressaltam que as experiências humanas são vivenciadas através de culturas específicas, inseridas em temporalidades próprias e que, por essas razões, não seria possível construir análises indiferenciadas, que tentam adequar toda sorte de relações, eventos e agentes históricos dentro de modelos explicativos totalizantes.

A discussão no Brasil sobre as relações mulheres/natureza ganhou fôlego na década de 1990, inspirada pelos debates internacionais em torno do meio ambiente, que culminaram com a realização da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento no Rio de Janeiro, em 1992. Nesse mesmo ano foi lançada, no Brasil, a revista *Estudos Feministas*, cujo número inicial foi especialmente dedicado à problematização da questão de gênero em sua relação com o meio ambiente. Dentre os artigos publicados destacamos o trabalho de Sandra Mara

Garcia (1992), no qual ela mapeia as diferentes posições das chamadas eco-feministas com relação aos debates que envolvem gênero e natureza. De acordo com a autora, de modo geral, as eco-feministas defendem que a dominação masculina tem se dado tanto sobre as mulheres como sobre o meio natural, de forma a inferiorizar essas duas categorias frente ao universo dos homens e da cultura. Essas ativistas defendem uma aproximação dos movimentos feminista e ambientalista como forma de potencializar a luta contra um sistema opressivo comum. No entanto, a autora ressalta que parte da argumentação das eco-feministas carece de uma sólida perspectiva histórica, pois tende a atribuir sentidos unívocos às categorias das mulheres e do meio natural, adotando, como universal, o dualismo natureza/cultura.

185

Assim, para além da mera constatação de uma continuidade no tempo de certas associações entre o feminino e a natureza, é preciso levar em consideração que, se as ações e as palavras dos agentes históricos podem aparentemente assemelhar-se, “as coisas que eles dizem não são todas ditas em uma mesma modalidade de discurso” (WILLIAMS, 1989, p.25). Cabe ao historiador atentar para esses diferentes significados, construídos pelos atores históricos no turbilhão dos seus enfrentamentos diários, negociações, disputas, e conflitos vivenciados em realidades e em conjunturas específicas.

É fundamental assinalar que os discursos que procuravam associar a natureza com o feminino, ao longo da Era Vargas, estavam propagando uma determinada visão social da mulher, muitas vezes em consonância com um pensamento político conservador, que defendia a presença feminina no lar como elemento garantidor da “saúde moral” e da estabilidade social do Brasil. A mulher brasileira considerada ideal passou, então, a ser investida de diversas associações a uma natureza fértil, revestida de aspectos positivos, como mostram os versos:

Mulher brasileira,
a mais tocada de Deus
a mais tocada de graça maternal
[...]
e no húmus do teu corpo
a vida germinou e floresceu.
Eras como uma terra adormecida
que a este frêmito novo despertou
para a plenitude da alegria
___ a alegria de criar... ¹²⁹

O uso, no poema, da expressão “Eras como uma terra adormecida”, para designar a mulher sem filhos e, mais abaixo, o emprego do termo “plenitude” em referência à condição da maternidade (enunciada no ato de criar a vida),

¹²⁹ SILVEIRA, Tasso da. A mulher. **A Ordem**, Rio de Janeiro, ano XII, n. 31, set. de 1932, p. 191 e 192.

representa um pensamento comum no período: o de que a existência da mulher só adquiriria pleno sentido após o nascimento de uma criança. Note-se que os versos acima não associam à mulher outras atividades criativas, como nos campos da arte ou da literatura, mas apenas no que se refere à sua condição biológica, sua capacidade de reproduzir a vida. Certamente, as associações entre a mulher e a natureza, ao longo da história, são facilitadas em razão da observação humana de vários fenômenos naturais, como o processo de germinação das plantas, do brotamento, da frutificação, do nascimento dos animais e dos cuidados que, em geral, as fêmeas das espécies dedicam aos filhotes. Desses acontecimentos naturais emergem comparações com os fenômenos da gravidez, do parto, da amamentação e outras ocorrências próprias da fisiologia da mulher. Contudo, para além da crença de que as associações mulher/natureza, geradas pela comparação de fenômenos naturais, são puramente “lógicas”, já que baseadas na observação de fatos tidos como semelhantes, é importante recordarmos que elas não ocorrem sem a mediação da cultura, adquirindo sentidos diferenciados de acordo com as peculiaridades de cada sociedade. Como bem nos lembra Gaston Bachelard (1990, p.151), quando a natureza imita o humano, ela imita o humano imaginado.

187

Ao longo dos anos de 1930 e 1940 recrudesceram as aproximações discursivas entre as mulheres e o mundo

natural, como, por exemplo, na constante associação de um perfil maternal às árvores, revestidas de vários atributos femininos idealizados. Em artigo intitulado *Mãe*, o autor argumenta que o amor maternal é “feito a prova de todas as dores e de todo o gênero de ingratidões. Um coração que nunca se cansa de sofrer”¹³⁰. Em outro texto, dedicado a tecer elogios à árvore, também se recorre a esse modelo de abnegação materna ao proclamar que “A árvore [...] sabe perdoar aos que lhe fazem mal, dando-lhes sombra e alimento nas horas de cansaço e de fome. Não se vinga dos seus algozes, porque é generosa e compassiva.”¹³¹. Ou ainda: “Amemos a árvore, porque ela é cariciosa e maternal na sua utilidade e na sua ternura. Porque nos dá, magnânima e compassiva, toda a seiva [...] é, sempre, inalteravelmente, boa para as ambições humanas”¹³². Alceu Amoroso Lima, pensador católico, afirmava, em 1937, que um dos princípios que diferenciava o homem da mulher é que esta possuía “o espírito da aceitação”, uma “subordinação ao seu destino” que lhe conferia a capacidade de “suportar as mais duras adversidades”¹³³.

¹³⁰ MÃE. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, ano XLIV, n. 228, 23 de set. de 1934, suplemento, p. 20.

¹³¹ CAPISTRANO, Martins. Elogio da Árvore. **Fon Fon**, Rio de Janeiro, n. 39, 28 de set. de 1935, p. 23.

¹³² _____. O Culto da Árvore. **Fon Fon**, Rio de Janeiro, n.39, 27 de set. de 1941, p. 3.

¹³³ LIMA, Alceu Amoroso. O homem e a mulher. **A Ordem**, Rio de Janeiro, nov./1937, p. 464.

Para os principais grupos conservadores do período (intelectuais católicos, integralistas, militares, funcionários públicos e juristas defensores dos papéis femininos tradicionais) a mulher que aspirava à realização fora do casamento e da maternidade era um ser egoísta, que ignorava o dever patriótico de constituir família e de cuidar da formação moral dos futuros cidadãos. Na fala desses indivíduos a mulher aparece como um ser acessório, cuja definição sempre se dá de acordo com a posição familiar que ela ocupa em relação ao outro - esposa, mãe, filha ou irmã. Esses seriam os papéis naturais a serem desempenhados pela população feminina, pois, como bem explicitou um autor da época, “Ora, a mulher é e será sempre mulher, a despeito de todo esforço do modernismo ateu para libertá-la da sua espécie”¹³⁴.

189

No entanto, se abundam nas fontes relações entre o meio natural e as idealizações maternas da época, também percebemos outro tipo de associação entre os elementos da natureza e certas noções do feminino. Em um período de intensas transformações sociais, que abrangiam a crescente urbanização do país, o aumento do trabalho assalariado e as inúmeras inovações técnicas, formava-se uma classe média brasileira que oscilava entre o fascínio produzido pela modernidade e o apego aos valores tradicionais. Nessa

¹³⁴ AULER, Guilherme Martinez. A cultura física e a mulher. **Tradição:** Revista de Cultura, Recife, ano V, n. 23, vol. IV, fascículo IV, Julho de 1941, p.185.

conjuntura, encontramos na documentação discursos que consideravam deploráveis o avanço das mulheres em direção ao mundo público. Em 1938 o funcionário público Oto Prazeres se insurgia contra a invasão das mulheres nas repartições públicas, proclamando que:

Há um grande engano botânico quando se diz que a floresta do Brasil, as nossas intrincadas florestas, são invencíveis. Muito mais resistente, tenaz, é a pequena planta, são as gramíneas, é a nossa teimosa tiririca, que arrancada aqui, nasce acolá, cortada hoje, aparece amanhã e aparece em profusão que desanima, invade tudo. [...] Não há país algum no mundo que ofereça o curioso espetáculo que estão oferecendo repartições e serviços públicos do Brasil, especialmente abarrotados de mulheres, atravancados de mulheres, grande parte atrapalhando o serviço, atrapalhando das mais variadas formas, prejudicando tudo [...] terrível avalanche de saias que desabou nas repartições ¹³⁵.

Podemos perceber, nessa fala, uma clara comparação entre o avanço feminino no serviço público e a proliferação das pragas vegetais no solo. Assim como as chamadas ervas daninhas, as mulheres que integravam os

¹³⁵ PRAZERES, Oto. Ofensiva Feminina. **Jornal do Brasil**. R J, ano XLVIII, n. 218, 17 de set. 1938, p. 5.

quadros do Estado não seriam capazes de produzir nada de bom, elas apenas atrapalhariam, com sua presença insidiosa, a realização do trabalho sério, no caso o masculino. Em uma época onde as mulheres estavam começando a ocupar novos espaços de trabalho e construíam novas redes de convivência, notamos o temor, por parte de setores conservadores da sociedade brasileira, de que essas mudanças gerassem uma “desagregação moral” da nação e um rompimento da ordem social pelo esfacelamento da estrutura familiar. A maior presença das mulheres no mundo público animou a produção de discursos masculinos que estabeleciam paralelos entre a população feminina e os desastres/pragas naturais, como explicita o seguinte texto:

o número de mulheres [...] irá aumentando cada vez mais [...] Elas serão em tal número que teremos que destruí-las com gazes asfixiantes e aviação, como fazemos às nuvens de gafanhotos [...] as mulheres andarão por aí em torno da gente, a perseguir-nos, como cupim em volta das luzes em dia de canícula ¹³⁶.

Assim, quando a mulher desejou escapar de sua “vocaçãõ” para a maternidade, ou pretendeu experimentar novas formas de sociabilidade, ela foi vinculada a elementos negativos da natureza, como as pragas e os desastres

¹³⁶ GUSTAVO, Paulo. Cabeças grandes e coisas perigosas. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, ano XLVII, n. 215, 12 de set. de 1937, p. 4.

naturais, encarados como fatores de desequilíbrio e de dissolução dentro do que seria considerado o “curso natural da vida”. A mulher moderna também violava a naturalidade de sua condição feminina através da ostentação de hábitos artificiais, como o uso maquiagem, pois, como afirmava um comentarista do período: “O sexo feminino é bonito em si mesmo, a mulher, como todas as mamíferas e todas as outras fêmeas do reino animal, acumula dons e graças em tudo apropriado ao seu papel na espécie”, concluindo que “Toda beleza além dessa é anormal e danosa.”¹³⁷.

Certos autores não se acanhavam em publicar caracterizações ainda mais ofensivas sobre as mulheres, justificando crimes passionais, como o assassinato, argumentando que “As mulheres nos oferecem espetáculos de arrepiar e de confranger. Está por natureza absolvido o homem que mata uma mulher... Há no gesto do assassino uma vingança profundamente social. É a punição positiva de um crime qualquer”¹³⁸. Note-se que os discursos mais virulentos contra a mulher estavam associados ao temor de que a crescente participação feminina no mundo público, através do trabalho ou do lazer, acabasse por estimular outras liberdades, principalmente no campo sexual. Diante das novas oportunidades de sociabilidade vivenciadas pelas

¹³⁷ FILHO, Ribeiro. E assim por diante. **Careta**, Rio de Janeiro, ano XXVII, N.1337, 03 de Fevereiro 1934, p.13.

¹³⁸ RIEFFE, E. Do Outro Sexo. **Careta**. Rio de Janeiro, ano XXII, n. 1173, 13 de dez. de 1930, p.36.

mulheres, muitos homens viam-se atormentados pelo receio da traição feminina e, conseqüentemente, pela dúvida quanto à legitimidade dos filhos. Mesmo que a maioria dos comentaristas se limitasse a fazer insinuações sobre o assunto, referindo-se aos perigos morais que resultavam das excursões femininas fora do lar, outros eram mais claros ao explicitar suas preocupações, afirmando que se deixassem as mulheres “entregues às suas próprias inclinações [...] e à liberdade de escolha, o mundo estaria povoado de híbridos, de gente sem raça, sem sangue, sem caráter, monstros gerados ninguém sabe como nem onde”¹³⁹.

ERA VARGAS - MÁTRIA E NATUREZA

193

Concomitantemente ao crescente processo de exploração do meio natural ocorrido nesse período, importante parcela da elite dirigente, e intelectual, construía outros sentidos para a natureza brasileira. Como já mencionado, entre os anos de 1930 e 1945, ocorreu uma forte valorização da família tradicional, enaltecida como alicerce da sociedade, primeira instituição formadora dos cidadãos e que, por esses motivos, deveria cultivar os princípios da ordem e da paz social. Nesse esquema organicista, a figura da mulher/mãe foi apontada como suporte da família, idealizada

¹³⁹ _____. Do Outro Sexo. **Careta**. Rio de Janeiro, ano XXII, n. 1174, 20 de dez. de 1930, p.20.

através de falas moralizantes que lhe outorgavam a posse de um espírito cooperativo, disposto a abdicar dos próprios interesses em prol do bem comum. Multiplicaram-se, então, os discursos que interligavam as idéias de natureza e do feminino, reportando essas duas categorias à noção de *Mátria* brasileira. Essa dinâmica discursiva atribuía às mulheres e à natureza os valores de cooperação, ordem e sacrifício, noções consideradas essenciais para a manutenção da estabilidade e da tão almejada coesão nacional.

Benedict Anderson (1989) destaca que muitas concepções ligadas à idéia de nação foram construídas evocando as relações afetivas (familiares e/ou religiosas) vivenciadas pelos indivíduos. Daí adviria grande parte do potencial mobilizador da idéia de nação, capaz de despertar fortes emoções e de suscitar entre os nacionais a noção de pertencimento a uma dada comunidade. Os símbolos e as representações coletivas têm um papel de destaque na consolidação do imaginário político nacional, já que eles possibilitam ao indivíduo vivenciar a idéia de nação através de experiências mais concretas ¹⁴⁰.

¹⁴⁰ Andréa Zhouri nos lembra da importância que a natureza tem para a formação de uma idéia de brasilidade, sendo capaz de suscitar nos nacionais fortes noções de identidade e de pertença. A autora ressalta que “Em geral, os recursos naturais ocupam um lugar privilegiado na constituição da identidade nacional. Isso é evidente no simbolismo da natureza presente na bandeira nacional, no hino e, mais importante, nos movimentos históricos, culturais e especificamente literários. A abundância dos recursos naturais é o patrimônio maior do país. Paradoxalmente, sentimentos de abundância e distanciamento contribuem para a impressão de infinitude, obscurecendo a realidade de destruição.” In: O ativismo transnacional pela Amazônia: entre a

O período de 1930 a 1945 foi marcado no Brasil pela proliferação de idéias políticas autoritárias, que buscavam construir uma idéia de nação brasileira harmônica, unida em torno de valores comuns. Nessa conjuntura, as fronteiras entre o mundo público e privado se tornaram mais tênues, pois em uma concepção orgânica da sociedade nada deve escapar ao controle do todo e tudo interessa para a composição de um corpo social estável e “saudável”. Essa pretensão totalizante favoreceu a proliferação de discursos aonde abundavam as metáforas biológicas, que procuraram naturalizar as mulheres, fazendo de seus papéis de esposa e mãe um desdobramento natural das funções orgânicas femininas. Do mesmo modo, a natureza brasileira foi elevada à condição de símbolo do vigor e da fertilidade do país, cultuada por materializar a idéia-imagem de Mãria, de suprema doadora da vida a quem os brasileiros, seus filhos, deveriam prestar obediência e lealdade.

195

Assim, as associações construídas em torno da natureza e do feminino, nesse período, não constituíram um simples jogo de linguagem. De acordo com as várias vertentes de pensamento autoritário que predominavam no país, era preciso conciliar, no Brasil, “raça, meio e cultura”, promovendo a agregação dos vários segmentos sociais de modo a construir uma nação forte. Ao revestir a natureza com

qualificações e atributos ligados ao que era, então, considerado próprio da esfera feminina, reforçava-se a noção de uma natureza brasileira fértil, dadivosa, pródiga em distribuir bens. A partir desse tipo de associação não houve dificuldade em identificar a natureza com a própria nação brasileira, solo materno, berço ancestral, como evidencia o seguinte trecho:

Terra brasileira [...] Como um calidoscópico animado, vejo-te em toda a expressão física de tua grandeza territorial. Teus rios imensos, tuas vertentes rumorosas rasgam teu ventre enorme, a cantar a canção de volúpia de tuas entranhas generosas e fecundas. E entrecruzando-se, aqui e ali, para o beijo do amor comum, que une todos os teus filhos na paz e no carinho do teu regaço amigo¹⁴¹.

Ao apresentar a natureza como terra-mãe, fundamento maior de brasilidade, os discursos da época enfatizavam as “características” femininas de entrega e de cooperação como parte constitutiva da nacionalidade. Nas representações do Brasil como Mãtria tornava-se mais fácil banir possíveis alusões aos conflitos e rivalidades políticas do período, pois, nas idealizações conservadoras da época, ser mãe significava harmonizar e unir, em comunhão de felicidade, todos os

¹⁴¹ LOPES, Elcias. Prece. **Fon Fon**, Rio de Janeiro, Ano XXVI, n.30, 23 de Julho de 1932, p.23.

membros da família. Se a nação, figurada na natureza, era a mãe dos brasileiros, a figura paterna era encarnada por Getúlio Vargas, chefe da família nacional e pai dos pobres, único porta voz legítimo dos anseios do país. Desse modo, discordar das diretrizes políticas do governo Vargas equivaleria a cometer uma traição contra o próprio núcleo familiar, constituído pela totalidade dos nacionais. Dentro dessa lógica, os integrantes do poder instituído passaram a representar os brasileiros como um povo-criança, como massa infantil, dependente dos cuidados e da proteção dos governantes do país. Em troca das dádivas ofertadas pela grande Mãtria, através dos recursos naturais prodigalizados pelo seu solo-útero, e dos benefícios sociais distribuídos pelo Estado paternal, por meio do presidente Vargas, esperava-se que os brasileiros mostrassem gratidão, e piedade filial, aderindo, incondicionalmente, ao projeto político varguista.

A atribuição de caracteres maternas à nação brasileira, principalmente através da exaltação da fertilidade da natureza, incentivava o fortalecimento dos vínculos afetivos entre os brasileiros e a terra natal. A noção de Mãtria favorece a identificação dos cidadãos com uma dada idéia de comunidade, já que as referências à maternidade evocam, na maioria das pessoas, momentos de carinho, ternura e confiança. Esse tipo de associação alimenta-se de “uma projeção delirante, utópica e machista de uma autoridade soberana exercida de forma gentil pela figura da mãe, em

oposição à autoridade firme e inflexível do pai que provê o berço com aquelas riquezas”¹⁴². Contudo, se a natureza do Brasil era fértil e dadivosa isso não significava que ela concedia seus frutos sem esforço ou trabalho; cabia ao homem *cultivar* esse meio natural de contornos explicitamente femininos, através de uma ação humana traduzida em iniciativa masculina, onde surgiam, por vezes, claros aspectos de dominação e de autoritarismo, como mostra o trecho a seguir:

O primeiro contato é brutal. Chama-se derrubada. O homem empunha o machado e acomete os troncos seculares das perobeiras, canjaranas, maçarandubas, angicos, cedros, ipês [...] Em poucos dias, a paisagem oferece o espetáculo de um campo onde se feriu duríssima batalha, da qual o homem foi o vencedor. [...] É a canção nupcial do homem com a natureza virgem. De agora em diante, aquele trecho de território alimentará as gerações como carinhosa mãe. Outras áreas serão conquistadas, domadas, reduzidas ao convívio familiar. Cidades nascerão como filhas do casamento cósmico¹⁴³.

¹⁴² EISENBERG, José. Patriotismo e gênero na tradição do pensamento político moderno: uma genealogia. In: **Revista USP**, São Paulo, N.59, set./nov. 2003, p.23.

¹⁴³ SALGADO, Plínio. Como Nasceram As Cidades Do Brasil – I- Panorama da Terra e da Gente do Brasil. In: **Obras Completas de Plínio Salgado**. V. 8. São Paulo: Editora Das Américas, 1955, pp.21-23.

Trata-se, aqui, de uma perspectiva que pretende ressaltar a dimensão do controle humano frente ao mundo natural. A descrição não deixa dúvidas quanto ao desejo de submeter a natureza, claramente revestida de diversas alusões ao universo feminino, de modo a reduzi-la “ao convívio familiar”, trazendo-a para o mundo da sociabilidade ordenada. Podemos entrever, nesse trecho, o uso de uma linguagem agressiva, aonde o vocabulário bélico (com a utilização de palavras como “brutal”, “derrubada”, “batalha”, “vencedor”, “conquistadas”, “domadas”, “reduzidas”) dá o tom do tipo de relação que ali se constitui. O resultado desse embate seria a transmutação de uma natureza selvagem em uma natureza maternal, referencial seguro a partir do qual seria possível construir uma civilização.

199

As tentativas de atribuir contornos maternais à nação brasileira contribuíam para fortalecer a figura de Getúlio Vargas como o pai do povo, mediador e juiz das relações sociais, investido, pela prerrogativa do pátrio-poder, de uma autoridade inquestionável. Nesse quadro o Brasil era apresentado, pelos defensores do Estado Novo, como “uma grande família amparada e dirigida por um nobre chefe, que reage contra o excesso de individualismo resultante da desorganização moral”¹⁴⁴. As falas conservadoras delimitavam, claramente, os deveres familiares de cada um: à

¹⁴⁴ VARGAS, Viriato. A Doutrina do Estado Novo deve ser o Evangelho dos Patriotas. In: **Ciência Política**, Rio de Janeiro, fascículo V, vol. V, dez. de 1942, p.7.

Nação-Mãe cabia o cuidado da prole, através da disponibilização generosa dos seus recursos naturais; a Getúlio Vargas, o pai, cabia a chefia do núcleo familiar e, assim, o direito de tomar decisões em nome de todos, escolhendo os rumos políticos do país; ao povo-filho cabia o dever de obediência e respeito para com os esforços paternos no sentido de prover o bem estar da coletividade. Assim, atribuição de caracteres maternais à nação brasileira, principalmente através da exaltação da fertilidade da natureza, buscava incentivar o fortalecimento dos vínculos afetivos entre os brasileiros e a terra natal.

200

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É importante frisar que a construção, ao longo da Era Vargas, de associações discursivas entre o feminino e a natureza, mesmo quando idealizavam suas figuras, ajudaram a perpetuar um modelo sócio-econômico autoritário e conservador. Ao tratarem “a mulher” e “a natureza” como categorias unívocas, portadoras de uma essência, as falas desses sujeitos históricos deslegitimavam outras significações e vivências construídas, na sociedade brasileira, em torno do feminino e do mundo natural. Esses discursos procuravam apagar as diferenças sociais e culturais existentes entre as mulheres ricas e pobres, negras e brancas, donas-de-casa e operárias, instruídas ou de baixa escolaridade; todas elas,

sem exceção, deveriam ser boas esposas e mães dedicadas, esteio do lar, reserva moral da nação. Do mesmo modo, a natureza brasileira, tão festejada em razão de sua diversidade e abundância, não deixou de ser intensamente explorada em benefício de um projeto de desenvolvimento econômico que visava promover, com a ajuda dos recursos naturais, a modernização industrial do país.

Nesses discursos, o signo da maternidade aparece como o elo que une as mulheres e a natureza. Nas idealizações conservadoras da época, ser mãe significava sacrificar-se em função da família, esquecer de si ao dedicar-se ao outro, morrer, se fosse preciso, para o bem estar da prole. Essas associações favoreciam, predominantemente, dois tipos de atitude em relação à população feminina e à natureza brasileira: de um lado, sua idealização, com a produção de discursos laudatórios e romantizados enaltecendo suas qualidades morais e suas virtudes; de outro lado, a sua exploração, já que, tanto as mulheres quanto a natureza, ao encarnarem um papel maternal idealizado, existiriam para nutrir, doar, suprimindo, até a morte, as necessidades do próximo.

Restava que, em reconhecimento a essa inequívoca “vocação” para a abnegação e o sacrifício, as figuras maternas mereciam, em troca, a veneração e a lealdade incondicional por parte dos seus filhos. Assim, ao associar as idéias de nação, natureza e maternidade, os discursos

conservadores e nacionalistas, produzidos ao longo da Era Vargas, se apropriaram dessa lógica de reciprocidade familiar, tentando transferi-la para o campo das lealdades políticas, buscando promover, assim, a adesão da população brasileira aos projetos governamentais. A idéia de Mãtria favorece a identificação dos cidadãos com a idéia de uma comunidade familiar, fundada na confiança e no carinho, onde a representação do espaço público como o espaço da casa, lugar aonde se desenvolvem os laços e os afetos familiares, é comumente usada quando se deseja atenuar a dimensão dos conflitos sócio-políticos e promover a conciliação entre as diferenças, já que ““ estar em casa” ou “sentir-se em casa” fala de situações que indicam relações harmoniosas, em que disputas devem ser evitadas”¹⁴⁵.

As noções de natureza-feminina e de mulher-natureza se articulavam através referências cruzadas, que alimentavam os estereótipos compartilhados entre essas duas categorias: fertilidade, generosidade, altruísmo, abundância, dentre outros. Diante do exposto, acreditamos que tanto as mulheres, quanto a natureza, foram valorizadas, nesse período, no seu papel de reprodutoras: as mulheres, como procriadoras da sociedade (não apenas fisicamente, mas também de um determinado modelo social e familiar), e a natureza, como multiplicadora da riqueza econômica do país

¹⁴⁵ DA MATTA, Roberto. **A casa & a rua** – espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1991, p. 60.

(através do uso desmedido dos seus recursos naturais) e como fonte de renovação das lealdades políticas, através da exploração do seu simbolismo como patrimônio maior da nação brasileira.

FONTES

A Ordem, Rio de Janeiro, 1930 a 1945.

Bíblia Sagrada. São Paulo: Editora Ave Maria, 1971.

Careta, Rio de Janeiro, 1930 a 1945.

Ciência Política, Rio de Janeiro, 1940 a 1945.

Constituições e decretos, 1930 a 1945 (disponíveis em: www.senado.gov.br).

Cultura Política, Rio de Janeiro, 1941 a 1945.

Fon Fon, Rio de Janeiro, 1930 a 1945.

Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 1930 a 1945.

Obras Completas de Plínio Salgado, vol. 8. São Paulo: Editora Das Américas, 1955.

Tradição: revista de cultura, Recife, 1941.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACSELRAD, Henri. As praticas espaciais e o campo dos conflitos ambientais. In: ACSELRAD, Henri (org.). **Conflitos Ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, p.13-35, 2004.

ALBERT, Bruce. O ouro canibal e a queda do céu: uma crítica xamânica da economia política da natureza (Yanomami). In: ALBERT, B.; RAMOS, A. R. (orgs.). **Pacificando o Branco: cosmologias do contato no Norte-Amazônico**. São Paulo: Editora UNESP: Imprensa Oficial do Estado, p. 239-274, 2002.

ANDERSON, Benedict. **Nação e Consciência Nacional**. São Paulo: Editora Ática, 1989.

BACHELARD, Gaston. **A terra e os devaneios do repouso – Ensaio sobre as imagens da intimidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1990.

BESSE, Susan K. **Modernizando a desigualdade** – reestruturação da ideologia de gênero no Brasil, 1914-1940. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999.

CARVALHO, José Murilo. **Os Bestializados**: o Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

CRONON, William (org.). **Uncommon Ground** – rethinking the human place in nature. New York: W. W. Norton & Company, 1996.

DAMATTA, Roberto. **A casa & a rua** – espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1991.

DUARTE, Regina Horta. **História & Natureza**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

_____. Pássaros e cientistas no Brasil: em busca de proteção, 1894-1938. *Latin American Research Review*, Austin, Texas, EUA, v. 41, n. 1, p. 03-26, 2006.

DUARTE, Regina Horta; OSTOS, Natascha S. C. Entre Ipês e Eucaliptos. **Nômadias**. Bogotá, n. 22, p.74-85, abril de 2005.

DUTRA, Eliana de Freitas. **O Ardil Totalitário**: imaginário político no Brasil dos anos 30. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.

EISENBERG, José. Patriotismo e gênero na tradição do pensamento político moderno: uma genealogia. **Revista USP**, São Paulo, n.59, p.21-35, set./nov. 2003.

FRANCO, José Luiz de Andrade; DRUMMOND, José Augusto. Alberto José Sampaio – Um botânico brasileiro e o seu programa de proteção à natureza. **Varia Historia**, Belo Horizonte, n. 33, p. 129-159, jan. de 2005.

207

GARCIA, Sandra Mara. Desfazendo os vínculos naturais entre gênero e meio ambiente. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v.0, n.0, p.163-167, 1992.

HAHNER, June E. **A Mulher Brasileira e suas lutas sociais e políticas**: 1850-1937. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.

MACCORMACK, C. P.; STRATHERN, M. (orgs.). **Nature, Culture and Gender**. Cambridge: Cambridge University Press, 1980.

ORTNER, Sherry B. Está a mulher para o homem assim como a natureza para a cultura?. In: LAMPHERE, L.& ROSALDO,

M. Z. (orgs.). **A Mulher, a cultura, a sociedade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, p. 95-120, 1979.

PADUA, José Augusto (org.). **Ecologia e Política no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Espaço e Tempo, 1987.

RIVIERE, Peter. A predação, a reciprocidade e o caso das Guianas. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 7, n.1, p. 31-53, 2001.

THOMAS, Keith. **O homem e o mundo natural** – Mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

WILLIAMS, Raymond. **O campo e a cidade**; na história e na literatura. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

WOLFE, Joel. “Pai dos pobres” ou “Mãe dos ricos”? : Getúlio Vargas, industriários e construções de classe, sexo e populismo em São Paulo, 1930-1954. **Revista Brasileira de História**, São Paulo. ANPUH/Marco Zero, vol. 14, n. 27, p.27-59, 1994.

VIVEIROS De Castro, Eduardo. Os Pronomes Cosmológicos e o Perspectivismo Ameríndio. **Mana**, Rio de Janeiro, v.2, n.2, p. 115-144, 1996.

ZHOURI, Andréa. O ativismo transnacional pela Amazônia: entre a ecologia política e o ambientalismo de resultados. **Horizontes Antropológicos**, v.12, n.25, Porto Alegre, jan./jun. 2006. Disponível em: www.scielo.br.